Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justica.

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, membros do Egrégio

Colégio de Procuradores.

Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça Coordenadores de Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital

e regionais.

O u v i d o r i a

Ainistério Público da Bahia

TRIGÉSIMO QUARTO RELATÓRIO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA.

Em atendimento ao quanto disposto no art. 2°, IV, da Lei Complementar Estadual n° 24/06 e no art. 2°, IV do Regimento Interno (Resolução nº 10/2007), apresento aos Nobres Colegas o **trigésimo quarto relatório trimestral de atividades,** referente ao período compreendido entre 1°/10/2015 e 31/12/2015.

Neste último trimestre do ano, foram registradas 396 manifestações. Percebe-se uma pequena redução no quantitativo em relação ao trimestre anterior, provavelmente por conta do recesso forense. Deste total, 373 manifestações foram concluídas e encerradas, alcançando-se o percentual de 94,19% de resolubilidade. Acerca da tipologia, 72.47% correspondem a denúncias, 25,25% tratam de reclamações e 2,27% referem-se a outras espécies na tipologia fornecida pelo sistema.

Quanto ao assunto, 16,16% trazem reclamações sobre a atuação dos membros do Ministério Público, sua inércia ou morosidade; 15,91% noticiam improbidade administrativa; 14,14% tratam dos temas matérias educação, saúde, idoso e pessoas com deficiência; 7,83% traz a matéria concursos públicos; 6,82% meio ambiente; 5,05% consumidor e serviços públicos; 3,79% dizem respeito a infância e juventude; outros 3,79% versam sobre infração disciplinar de membro ou servidor; 3,54% equivalem a administração/funcionamento do Ministério Público; 6,37% equivalem

Ouvidoria do Ministério Público

a consumidor e serviços públicos; 11,11% representam demanda alheia à competência da Ouvidoria; e, por fim, 11,87% apresentam outros assuntos.

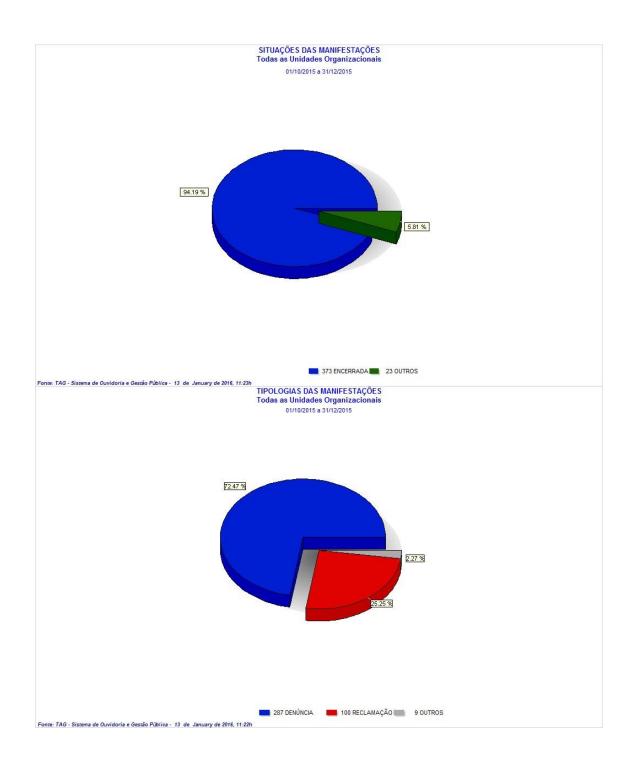
No que pertine aos meios de contato utilizados, a internet, que abrange *e-mail* (correio eletrônico) e o formulário *online* disponível no *site* do Ministério Público, através do "link" da Ouvidoria (www.mp.ba.gov.br/ouvidoria.asp), representou 85,35% das manifestações. Os outros 14,75% dos atendimentos referem-se outros meios de entrada.

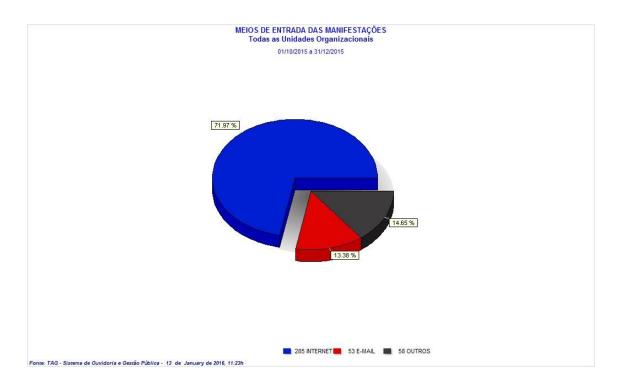
No que toca a origem, 61,87% advieram de pessoas físicas; 29,8% derivaram de abaixo-assinados e 8,33% de outros não especificados, salientando que, da totalidade de pessoas físicas, 42,93% são do sexo masculino, 24,24% do sexo feminino e 32,83% não se aplica a classificação de gênero.

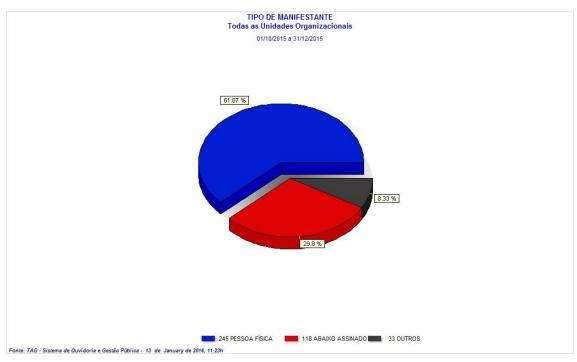
Por fim, quanto ao resultado obtido, comunico que, em 42,68% das manifestações a autoridade adotou outras medidas; em 19,44% dos registros ainda não foram adotadas outras medidas; em 14,9% o expediente gerou providência administrativa; 11,62% não competem ao Ministério Público; 5,81% encontram-se como não definido; 3,79% possuem conteúdo insuficiente ou são improcedentes; 1,01% possuem motivo justo; e 0,76% houve o fornecimento da informação.

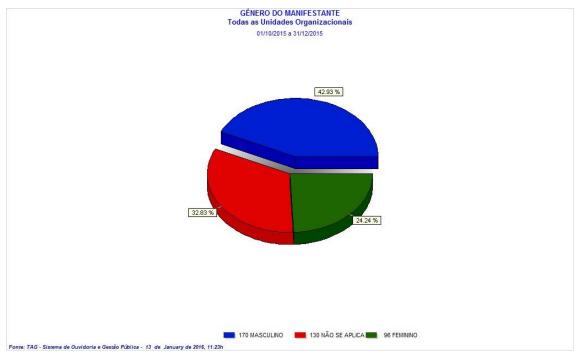
Abaixo, as tabelas detalhadas das manifestações, segundo a tipologia, situação, meio de contato utilizado e tipo de manifestante, acompanhadas dos gráficos referentes.

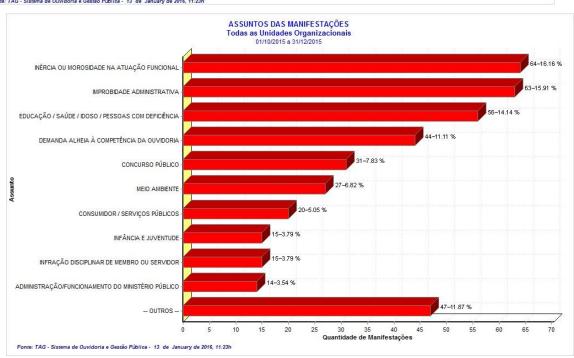
TIPOLOGIA					
TOTAL	396	100%	<u>SITUAÇÃO</u>		
DENÚNCIA	287	72,47%	TOTAL	396	100%
RECLAMAÇÃO	100	25,25%	ENCERRADA	373	94,19%
OUTROS	09	2,27%	OUTROS	23	5,81%
MEIO DE ENTR	396	100%	TIPO DO MANIFEST		
					1000/
INTERNET	285	71,97%	TOTAL	396	100%
E-MAIL	53	13,38%	PESSOA FÍSICA	245	61,87%
OUTROS	58	14,65%	ABAIXO ASSINADO	118	29,8%
			OUTROS	33	8,33%

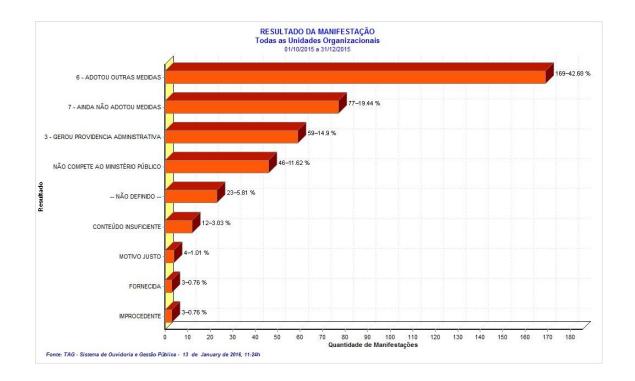












Além do quantitativo das manifestações, relato que participei do 6º Congresso Nacional Brasileiro de Gestão do Ministério Público/Ação Nacional: Integração e Aprimoramento das Ouvidorias do Ministério Público, nos dias 05 e 06 de novembro, na cidade de Brasília, onde foram explanados e debatidos temas relevantes para a busca da unidade e integração do Ministério Público Brasileiro, especialmente a ação nacional voltada para as Ouvidorias, alinhada em cinco eixos: normatização, capacitação, comunicação, operacionalização e interoperabilidade, dentre outros.

Ainda, atendi à convocação para participar da XXVII Reunião do CNOMP – Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, ocorrida nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, na cidade de João Pessoa – PB. Constaram da pauta os seguintes assuntos: Regimento Interno, apresentação pelo Relator do anteprojeto e discussões a respeito e a retificação do art. 8°, §3° do Estatuto do CNOMP, por erro material; exposição pela Ouvidora do MPMG a respeito de abertura de conta-corrente pelo CNOMP; e a participação do CNOMP nos eventos da ABO, por meio do Ouvidor do MPES.

Também houve uma palestra com o psicólogo e conferencista motivacional Estevam Fernandes de Oliveira, a inscrição da chapa eleitoral para os cargos da Diretoria, anuênio 2016/2017, debate sobre os aspectos decorrentes do Encontro que ocorreu em Brasília, com o CNMP, e por fim, a entrega do anteprojeto de lei das Ouvidorias e a finalidade da sua proposta.

No mais, agradeço sempre a todos a confiança em mim depositada para o exercício de tão grandiosa função, e submeto o presente relatório à apreciação dos Eminentes Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, membros do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e Promotores/Procuradores de Justiça coordenadores dos Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital e regionais, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Salvador, 14 de janeiro de 2016.

le. Caso pe don

Marília de Campos Souza

Procurador de Justiça Ouvidora